

Os antecedentes da arqueologia científica europeia

KAIQUE MOREIRA LÉO LOPES*

Resumo

Os embriões da Arqueologia europeia podem ser detectados já na Antiguidade Clássica, sendo mais nítido percebê-los, entretanto, no período que vai do Renascimento ao século XVIII. Na atmosfera de descobertas do século XIX, eles encontraram arrimo para emergirem na forma de ciência, sob a égide da Pré-história e dos utensílios de pedra lascada e em detrimento do dogma teológico da curta duração à História da Humanidade. Assim, semelhantemente a uma arqueologia do desenvolvimento científico arqueológico, pondera-se neste trabalho os antecedentes que foram decisivos à consolidação da arqueologia como âmbito de investigação e de produção científica.

Palavras-chave: Arqueologia; Pré-história; História do Pensamento Científico.

Abstract

The Embryos of the Archeology are present from antiquity, being easier see them, however, from the period from the Renaissance to eighteenth century. In the atmosphere of nineteenth-century discoveries, they found support to the your emergency in the form of science, under the auspices of Prehistory and chipped stone tools and to the detriment of theological dogma of the short duration to the history of mankind. Thus, similar to archaeology of development scientific archeology, considers up in this work the antecedents that were decisive for the consolidation of archeology as science.

Key words: Archeology; Prehistory; History of Thought.



* **KAIQUE MOREIRA LÉO LOPES** é Licenciado em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).



"Utensílios de pedra lascada: Bifaz Triangular".

Fonte: http://www.wikiwand.com/pt/Idade_da_Pedra. Acesso em: 08/11/2016

Introdução

A imagem romântica do arqueólogo aventureiro, imortalizada nas telonas devido ao icônico Indiana Jones, não se fez por acaso. A verdadeira e profunda inspiração para essa personagem pode ser atribuída ao arqueólogo Heinrich Schliemann (1822-1890), famoso por buscar reconstituir a trajetória de Ulisses, protagonista da Odisseia de Homero. Porém, adverte Funari, a Arqueologia não deve ser arrostada e reduzida a esse imaginário, uma vez que ela se configura como algo muito mais rico e complexo, construído, atualmente, com grande profissionalismo (2012, p. 9-11).

Prova disso, aliás, é o presente quadro dessa ciência, profícuo em múltiplas formas, cujo desenvolvimento se dá em suas diversas vocações institucionais ou de serviços. Segundo Jorge, sua variedade pode ser distinguida da seguinte forma: arqueologias de investigação, ou “universitária”, e de salvamento, ou de emergência; bem como as cronológicas (arqueologia pré-histórica, romana, moderna, contemporânea), as temáticas

(arqueologia econômica, social, simbólica, de gênero, espacial, rural, etc.) e as interdisciplinares (arqueozoologia, arqueometria, geoarqueologia, etnoarqueologia, etc.) (2000, p. 16). Esse panorama se deve, por sua vez, ao alargamento do seu campo de ação efetuado nos últimos tempos.

A Arqueologia, gradualmente, passou a abranger o estudo da cultura material de qualquer época, passada ou presente (FUNARI, 2012, p. 13). O arqueólogo, um cientista social, doravante analisa as “materialidades que nos rodeiam” com o fim de “contribuir para o conhecimento da história da nossa espécie”, sendo o limite de sua atividade a “totalidade do espaço planetário e do tempo histórico, até a actualidade [sic]”, assegura Jorge (2000, p. 11). Logo, não é errado dizer que “as responsabilidades de Historiadores e Arqueólogos são muito similares, pois compartilham um mesmo objetivo: a sociedade, no passado e no presente, suas características e dinâmica” – é por isso, salienta Funari, que alguns arqueólogos definem a Arqueologia como uma disciplina histórica, uma

espécie de História Social (1998, p. 12 e 8).

Sua especificidade, complementa o autor, está em “tratar, particularmente, da cultura material, das coisas, de tudo que, em termos materiais, se refere à vida humana, no passado e no presente” (FUNARI, 2012, p. 18) – âmbito no qual reina absoluta. É a cultura material que conduz à vida diária do povo, bem como dá acesso a temas invisíveis à documentação escrita, permitindo que se supere sua parcialidade; desse modo, arremata Funari, ela ajuda a democratizar o estudo sobre o passado (1998, p.12).

Para além disso, os ecofatos e os biofatos, ou seja, os vestígios do meio ambiente e dos restos de animais ligados ao processo de apropriação da natureza pelo homem, também são vestígios arqueológicos (FUNARI, 2012, p. 14). Aos olhos do arqueólogo, diz Norbladh, a investigação desses elementos, em consonância com a cultura material, servem, na prática, para a promoção de “uma reflexão constante sobre as condições sociais e humanas”, desabrochada numa “crítica social contemporânea” (apud: FUNARI, 1998, p. 11).

Essa maneira de se conceber a arqueologia, como mencionamos acima, é contemporânea, posto que, informa Funari, “até meados da década de 1960, o pensamento dominante considerava que a arqueologia tinha como propósito a simples coleção, descrição e classificação de objetos antigos” (2012, p. 15).¹ Ora, essa perspectiva está

fortemente atrelada à prática original dessa ciência, suscitada na segunda metade do século XIX, na qual predominava o foco nos artefatos pré-históricos, mas sem aprofundar o conhecimento sobre as sociedades e culturas que os produziram.

Nas últimas décadas do século XX, todavia, a Arqueologia romperia essa barreira metodológica. Enriquecida com novas teorias e tecnologias interdisciplinares, ela não mais se limitaria a ser um saber comprobatório do discurso histórico e suas fontes. Pelo pioneirismo das informações que trouxera à discussão sobre as sociedades Humanas, a Arqueologia passaria a ter autonomia suficiente para “desmentir” ou “contrariar” uma narrativa histórica tradicionalmente documentada.

Nesse sentido, é perceptível que, como outras coisas, a Arqueologia não é incólume ao tempo, a mudança diacrônica; pelo contrário, é notório o seu (re)fazer-se na História. Do final do século XX até o presente momento – da emergência dos estudos arqueológicos dirigidos cientificamente à pluralidade de formas na qual ora se encontra –, seu desenvolvimento histórico é claro e, por isso, fácil de mapear, bastando, para tanto, observar os livros de arqueologia então publicados. Mas seria possível discutir os embriões que suscitaram o pensamento arqueológico antes mesmo da sua elevação ao estatuto científico evidenciada no século XIX?

É o objetivo deste artigo, portanto, propor uma espécie de Arqueologia do pensamento arqueológico, o qual esteve latente por séculos. A saber, buscar-se-á ponderar aqui alguns precedentes, decisivos à história do pensamento

¹ Algumas exceções são as sínteses de John Lubbock, *The Prehistoric Times...* (1865); *The Origin of Civilization and the Primitive Condition of Man* (1870) – obras fundamentalmente darwinistas e etnológicas –, e de Vere Gordon Childe, *The Dawn of European Civilization* (1925); *The Danube in Prehistory*

(1929) – narrativas historicistas em que os vestígios arqueológicos são vistos como documentos históricos, estudáveis no âmbito da História.

ocidental, que concorreram para a ascensão da Arqueologia científica europeia no século XIX; antecedentes que, vale dizer, estiveram salientes desde longa data, porém difusos, atrelados a questões tão antigas quanto a consciência humana.

A barreira mitológica.

Uma das preocupações fundamentais da humanidade, desde tempos remotos, é a procura das suas origens, inquietação presente em todos os níveis civilizacionais e cuja motivação não se funda apenas na simples curiosidade. Essa busca, todavia, só aceita como resolução satisfatória o desvelar do marco primordial coletivo, isto é, de uma classe, de um povo ou de uma espécie – como se não bastasse ao indivíduo ter o ventre progenitor por resposta cabal. Está aí, propõe Leroi-Gourhan, a explicação do fascínio despertado pelas “riquezas arqueológicas”, as quais ensejam um virtual retorno, razoavelmente irresistível, a um passado comum, assim como a presunção de que o solo e a água escondem os mistérios que há muito se tenciona descobrir (1964, p. 11).

O “mito”, uma estória contada e, concomitantemente, um esquema lógico criado e difundido para resolver problemas que se apresentam sob planos diferentes, integrando-os numa construção sistemática (LÉVI-STRAUSS, 1970, p. 140), por muito tempo exerceu protagonismo para aliviar tal angústia. Sua função, afirma Eliade, era explicar um acontecimento primaz que dá origem a algo no mundo terreno e no tempo simbólico, assim como revelar um mistério, já que as personagens inerentes não são meros seres humanos, são deuses ou heróis civilizadores (2001, p. 84).

As narrativas míticas, acrescenta Eliade, eram aceitas, naturalmente, como pertencentes à esfera do sagrado, em oposição aos feitos propriamente humanos, pertinentes à esfera do profano, considerados, assim, como uma atividade vã, ilusória, enfim, irreal (ELIADE, 2001, p. 85). Destarte, enquanto vigorava quase que absoluto, o mito representava uma barreira quase que inquebrantável a contemplação de uma história longa da humanidade, pois, ao passo que se impunha, inversamente deslegitimava outras formas de discursos a respeito do primórdio.

A História, o conhecimento dos homens no tempo (BLOCH, 2001, p. 55), é concebida em meio a essa circunstância. Condicionada pela hegemonia do discurso mitológico grego sobre a compreensão temporal, seu expediente nascera tolhido: sua investigação e escrita surgem restritas ao presente ou, no máximo, ao passado recente de seu tempo, pois seus artífices se viam inconscientes da profundidade da experiência humana pretérita de anos a fio.

Heródoto e Tucídides, reputados como os “fundadores de toda a ciência e arte histórica” (RANKE, 2011, p. 252), são proverbiais exemplos desse tipo de compreensão temporal. Ambos, tendo em vista que o começo dos tempos e o passado memorável encontravam elucidados em narrativas de poetas como Homero (Ilíada e Odisseia) e Hesíodo (Teogonia), escreveram suas narrativas históricas limitadas aos acontecimentos recentes na Grécia coeva, valendo-se de testemunhos orais, fontes escritas e suas próprias experiências de viagem. Esse paradigma historiográfico, consoante Momigliano, foi tradicionalmente seguido pelos futuros historiadores, sobretudo no que

se refere à sua compreensão da dimensão do tempo (2004, p. 54-55).

Os historiadores medievais beberam da tradição clássica e, pautados no mito da era dourada e, mais além, na convicção do fim apocalíptico do plano terreno, compreenderam que a escrita da história deveria se preocupar em registrar as manifestações da Providência Divina no mundo, supostamente moribundo, cujo espaço temporal abarcava das origens bíblicas até a sua contemporaneidade (CADIOU, *et. al.*, 2007, p. 53). Para ser exato, calculava-se, em 1654, que a criação do mundo teria ocorrido em 28 de outubro de 4004 antes de Cristo, e, poucos dias depois, o mesmo teria ocorrido com a humanidade, conforme afirmava o arcebispo de Armagh, James Usher (1581-1656). Este postulado, por conseguinte, rapidamente se tornou um dogma defendido pela Igreja cristã (BICHO, 2006, p. 23-24).

O ocidente, por esse ponto de vista, nutriu durante muitos séculos a crença absoluta de que Deus teria criado o mundo e o primeiro casal humano (Adão e Eva) há poucos milhares de anos, e qualquer que fosse o pensamento destoante disto era varrido para debaixo do tapete, ou incinerado nas fogueiras (FUNARI; NOELLI, 2012, p. 11). Tal forma de interpretar o tempo, fortemente inspirada por uma cosmogonia mitológica, foi parida em meio ao modelo de pensamento conceituado pelos historiadores da filosofia como “pré-científico”, cujas características essenciais são: a compreensão dos fenômenos naturais por um modo fantástico, ou melhor, turvada por credices e superstições fetichistas fortemente difundidas na cultura (ROSA, 2012, p. 53); e, além disso, por uma preponderante visão etnocêntrica da humanidade, cuja gênese se crê difusa, cada qual atrelada

ao seu grupo étnico, cujo estatuto de superioridade será arrogado a si (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 13).

O mito e a história clássicas, importa ressaltar, originaram-se em meio ao modelo de pensamento pré-científico. Mas, por outro lado, ambas servem como provas da existência do antigo interesse sobre o passado humano, o primórdio do desenvolvimento cultural; fascínio que era acompanhado, muitas vezes, pelo também inveterado hábito de colecionar artefatos históricos, exercido desde a Antiguidade Clássica (BICHO, 2006, p. 25). Contudo, apenas em meados do século XIX que a explicação mitológica do tempo será contraposta pelas várias veredas da ciência moderna. Será a partir daí, portanto, que as evidências concretas referentes à antiguidade da Terra e da humanidade, já defrontadas há longa data, serão finalmente refletidas como tal (ROSA, 2012, p. 32).

Desse modo, a compreensão científica sobre os fósseis de animais extintos, conchas e outros vestígios humanos, achados corriqueiramente desde a Grécia Antiga, venceu as discordâncias interpretativas sobre a natureza desses objetos, as quais obstavam a consciência sobre épocas remotas até então irrefletidas. O processo que leva a ruína definitiva dessa barreira ideológica terá como marco a ascensão de um campo antitético de investigação e de produção de conhecimento que, justamente por isso, era impensado noutros tempos.

A descoberta da pré-história

A Pré-História, ou melhor, a História de “todo o imenso período anterior à invenção da escrita” (FUNARI; NOELLI, 2012, p. 13) – como primeiramente foi encarada na Europa – , consolidada pelo reconhecimento da

grande antiguidade da origem da humanidade, traria luz a uma explicação destoante e alternativa ao criacionismo bíblico reinante (BICHO, 2006, p. 24-25). O tema, a princípio, não era objeto de pesquisas; na realidade, por muito tempo nem mesmo era cogitada a sua existência, já que a explicação teológica se fazia suficiente: o mito bíblico do gênese e a fixidez das espécies foram dogmas invioláveis, isentos, portanto, de análise objetiva (ROSA, 2012, p. 31). Em razão disto, importa perceber quais fatores históricos permitiram esta guinada de perspectiva.

Com a expansão espacial encetada pelas explorações marítimas europeias nos séculos XV e XVI, a descoberta de um mundo cada vez maior e povoado por homens diferentes em cor e em costumes ensejou, paulatinamente, uma imagem racional da humanidade: a semelhança das armas de pedra de alguns nativos das Américas com os artefatos pré-históricos encontrados na Europa suscitaram paralelos que serviram de catalisadores para o florescimento lógico do pressuposto, embora ainda vago, da evolução material dos homens (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 14). Diante disso, e somada à sequiosa procura de alguns europeus a esses objetos, as expedições que voltavam dos países longínquos traziam, afora as especiarias lucrativas, todo um novo saber. A reboque, elas trouxeram novos semióforos: exemplares da flora e da fauna do novo mundo, artefatos diversos, conchas, pedras, etc., objetos deveras desejados às coleções nos gabinetes de curiosidades, moda entre nobres, burgueses ricos e papas (POMIAN, 1985, p. 77). Como atesta Leroi-Gourhan,

[...] o século XVI, com os seus gabinetes de curiosidades, marca o arranque dos museus de história

natural e de etnografia. A maior parte dos objetos então reunidos é constituída por armas, vestuário, objetos preciosos, e não se distingue dos elementos dos antigos troféus (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 14).

O século XVII, por seu lado, assistiria o desabrochar dos processos voltados à ordenação e classificação das coleções nos mesmos gabinetes de curiosidades, recintos que com o tempo transformar-se-iam em verdadeiros centros de estudos ligados à especialização de novos domínios do conhecimento, uma vez que asseguravam aos estudiosos uma viagem ao desconhecido sem, contudo, terem que se deslocarem aos sítios de origem daqueles artefatos e espécimes (tal sorte possibilitava que os antigos colecionadores se tornassem especialistas nalgum ramo da história natural) (POSSAS, 2005. p. 157). Logo, as pequenas alegrias experimentadas nos gabinetes de curiosidades seriam a inspiração para o desenvolvimento de mais de uma orientação de estudos que, à medida que logravam resultados, se embebiavam do sério: tal é a gênese, inclusive, da Arqueologia científica (BLOCH, 2001, p. 43).

Na esteira do século XVIII, como consequência, o movimento naturalista ganhará maior ímpeto, fato decisivo porque culminará com o aparecimento das ciências exatas na Europa, preocupadas, entre outras coisas, em desvendar a natureza do homem. Por esse motivo, assevera Leroi-Gourhan, os fundamentos da filosofia religiosa imperante inevitavelmente foram colocados em causa (1964, p. 14-15). À vista disso, os rudimentos para o vislumbre da Pré-História se moviam espectralmente. Urgia, no entanto, de premissas que pudessem firmá-los em solo, já que, assinala Rosa, “[...] os fósseis vegetais e animais não eram,

contudo, considerados ou estudados como evidências de um processo evolutivo, mas como flora e fauna extintas pelo Dilúvio” (2012, p. 34).

Do meio ao fim desse século, o embargante dogma da curta cronologia começa, enfim, a passar mal ante o estabelecimento, vacilante ainda, de alguns pressupostos que o comprometia verdadeiramente, a saber: a situação zoológica do homem, vislumbrada a partir de uma associação com os primatas; a ideia balbuciante de um encadeamento das espécies; a antropologia das raças; a visão embrionária de uma batalha da evolução; e o caráter vertiginoso das épocas geológicas, proposição que levava a admissão de várias centenas de milhares de anos à idade da Terra (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 15).

Nessa altura, o empenho dos estudiosos em escarafunchar a natureza em busca da constatação empírica dessas hipóteses, que ainda pairavam sem respaldo insofismável, pouco progredia, dado que as provas desejadas, mesmo as aparentemente mais claras e mais complacentes, não falavam por si só: sem interpretá-las e interrogá-las corretamente, acabavam por não serem manejadas a contento (BLOCH, 2001, p. 79). Carecia, dessa maneira, de uma teoria que pudesse nortear e dar firmeza às conjecturas e às investigações que, apesar de engastadas em um denso nevoeiro, gradualmente davam corpo a uma (cons)ciência da Pré-história.

Nos idos do século XIX, a teoria evolucionista de Charles Darwin virá à tona, alento que permitirá se chegar, finalmente, a uma síntese (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 16). A saber, ela será o fulcro que susterrá a humanidade no reino animal e o homem no processo evolutivo, não mais visto como resultado de uma criação pronta e

acabada. Este prisma será revolucionário para a incipiente ciência da época, de modo que desencadeará o interesse no estudo dos vestígios humanos, doravante compreendidos como evidências de sua longevidade histórica (FUNARI; NOELLI, 2012, p. 12).

Vale ressaltar que a data de publicação dessa teoria, propositalmente adiada pelo autor por mais de 20 anos após a coleta dos dados para tal, coincide com a descoberta oficial dos primeiros vestígios de Neandertais (1857), convergência que talvez sugira uma espera de Darwin para perceber a expectativa da sociedade frente à diversidade de fósseis humanos, um precedente que, se aceito a contento, certamente facilitaria o acolhimento de sua premissa evolucionista (BICHO, 2006, p. 25-26). Na ocasião, ademais, a ideia da possibilidade de mudança e adaptação das espécies ao longo do tempo não era tão inédita assim, anteriormente havia sido proposta várias vezes, porém o criacionismo mitológico bíblico, fortemente aceito, não lhe dava entrada na sociedade ocidental da primeira metade do XIX – inclusive, o próprio avô de Darwin, Erasmus, já a havia proposto, assim como Lamarck também (HAL, 1999, p. 123).

A inovação darwiniana, salienta Rosa, “implicava em recuar o momento da formação da Terra e do Homem a uma época” até então “negada por alguns, desconhecida por todos, para a qual não se dispunha de provas, ou mesmo de evidências e dados comprobatórios” (2012, p. 34). Para tanto, alicerçado no pressuposto que o homem “só é compreensível na totalidade terrestre”, Darwin “parte do âmago da geologia estratigráfica, da paleontologia e da zoologia moderna” para tecer suas conclusões sobre a problemática

temporal, afirma Leroi-Gourhan, (1964, p. 16). Somente assim, conforme afirmava o próprio, com a derrocada da barreira representada pela curta duração à história do mundo, que se poderia vencer a inevitável crença coetânea na imutabilidade das espécies (DARWIN, 1979). Darwin, em 1859, ao publicar *A origem das Espécies*, desferiria o golpe capital que degradingolaria o axioma teológico do arcebispo de Usher, conclui Bicho (2006, p. 25-26).

Ora, para a validade de uma teoria da evolução da Vida e do Homem, conforme alvitrava Darwin, era preciso admitir um longo e complexo processo de milhões de anos, necessário para assegurar as supostas transformações ocorridas na Terra e nos seres vivos (ROSA, 2012, p. 34). Isto posto, eis que emerge a Pré-História, fulgurante, porém bruta, à consciência ocidental, como um campo passivo de ciência, investigação e exploração gnosiológica. Tal qual um corolário, o móbil essencial para o aparecimento e desenvolvimento deste campo foi a dilatação do tempo proporcionada pela acomodação do teorema evolucionista na história (BICHO, 2006, p. 24-25).

A emergência da arqueologia científica

Com a descoberta da Pré-História, admitiu-se que quase a totalidade do passado da espécie humana estava descurada; ou seja, cerca de 100 a 200 mil anos de sua História encontrava-se em trevas (FUNARI; NOELLI, 2012, p. 13). Destarte, necessitava-se urgentemente de meios cientificamente dirigidos que contribuíssem para a exploração desse abismo profundo que ora aparecia tão plausível; meios que confluíssem para revelá-lo. Para tanto, à medida que crescia o interesse pelos artefatos líticos humanos, florescia um estudo sobre o conhecimento dos

primórdios, do relato das coisas antigas, dos “restos materiais de uma atividade exercida pelos homens do passado” (GARDIN, apud: FUNARI, 2012, p. 12) – uma espécie de vaga-lume na noite pretérita mais escura: a Arqueologia.

No século XIX, terá início o estudo científico de artefatos humanos como meio de investigar o passado, antes, porém, o estudo dos antepassados dos povos europeus era dirigido através da leitura dos autores gregos e romanos que a eles se referiam (FUNARI; NOELLI, 2012, p. 12). Ainda assim, os utensílios de pedra lascada eram tradicionalmente encarados na Europa como fósseis animais cristalizados por fenômenos da natureza ou como “pedras de raio”, perspectiva que retardará sobremaneira os limites da jovem arqueologia científica (BICHO, 2006, p. 31-32).

Algumas vozes isoladas, sem embargos, já os tinham cogitado como sendo obras da mão humana: no fim do século XVI, por exemplo, Mercati (1541-1593), em sua *Metallothea*, já afirmava o caráter muito antigo e humano desses objetos, mas, sem o respaldo do axioma evolucionista e da Pré-História, ele não iria muito além da mera especulação, como igualmente ocorreu aos seus contemporâneos e ulteriores (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 16). Ou seja, somente a introdução da lógica darwinista e, por consequência, a dilatação do tempo histórico serão capazes de dar sentido aos precedentes científicos existentes, clímax que colocará ponto à controvérsia concernente à autenticidade dos utensílios de pedra lascada.

Alguns destes precedentes, a propósito, já foram supramencionados, a saber: as analogias desencadeadas pela semelhança com os artefatos

encontrados entre os nativos da África e da América e o desenvolvimento científico em torno dos gabinetes de curiosidades – os quais aglutinavam, entre outros, colecionadores de artefatos antigos, patronos da Arqueologia moderna (KACZANOWSKI; KOZLOWSKI, 1998, p. 14). Falta mencionar, ademais, estes: a constituição de associações científicas ou culturais que fomentavam pesquisas e veiculavam os resultados em revistas científicas e, sobretudo, as invariáveis descobertas de utensílios de pedra lascada associadas às ossadas humanas e de animais extintos (BICHO, 2006, p. 31-34). Neste último ponto, cabe destacar o naturalista Inglês John Frere (1740-1807), que, em 1800, tornava público sua conclusão, após três anos de observação em campo, de que a existência de sílices lascados associados a ossos de animais extintos poderia ser um sintoma da presença humana em tempos muito anteriores – mas, sem qualquer apoio, essa reflexão infelizmente passou despercebida (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 16).

Ainda assim, a primeira metade do século XIX é marco definitivo à reflexão, em termos científicos, da veracidade dos artefatos em pedra lascada. Foi nesse momento que se teve início as primeiras escavações de grutas paleolíticas e, daí, a revelação dos primeiros fósseis humanos. Essa iniciativa ancorava-se na enunciação da lei da sobreposição geológica elaborado por Steno (1638-1686), a qual defende que o estrato mais antigo do solo encontra-se em baixo, enquanto o estrato mais recente situa-se no topo (BICHO, 2006, p. 34 e 26).

As expedições de escavação, na época, descobriram vestígios significativos. Tem destaque: os utensílios de sílex e dois crânios junto de ossos de

rinocerontes e mamutes, em 1830, na Bélgica, achados pelo paleontólogo belga Philippe-Charles Schermeling (1791-1836); os machados de sílex e outros objetos de pedra perto de Abbeville, no Norte da França, pelo arqueólogo francês Jacques Boucher de Perthes (1788-1836); e o sítio arqueológico de Sansão, notável pela quantidade e variedade de restos e materiais do período Terciário, pelo geólogo francês Edouard Armand Lartet (1801-1871) (ROSA, 2012, p. 35).

Todavia, a despeito destas claras evidências empíricas no tocante à atestação dos utensílios em pedra lascada, achados amiúde juntos aos fósseis de humanos e de animais extintos, ainda se cumpriu grande resistência em sua aceitação (BICHO, 2006, p. 34). Aos pesquisadores de vanguarda, em virtude da ausência “de técnicas apropriadas de datação” (ROSA, 2012, p. 35), o pressuposto do “contexto diluvionista do início do mundo” fatalmente “fazia com que eles próprios tivessem dúvidas sobre a antiguidade das suas descobertas” (BICHO, 2006, p. 35). Isso se verifica porque

não se vislumbrava ainda que a imagem do homem primitivo [sic] seja diferente da de um homo sapiens, vestido com os despojos das suas caçadas e exercendo a sua penetrante inteligência a transformar a pedra nas armas indispensáveis à sua rude economia [...] O espírito não estava ainda preparado para admitir que o sílex pudesse ter sido lascado por um qualquer meio-macaco (LEROI-GOURHAN, 1964, p. 16-18).

Sem embargo, “o golpe de misericórdia” viria em 1858, com a organização de uma comissão para investigar as escavações na gruta de Kent’s Cavern, Inglaterra. “Esta

comissão acabou por tornar públicos os achados e confirmar, sem margem para dúvidas, a associação da fauna extinta com a indústria de pedra lascada e, definitivamente, atestar a antiguidade do homem [...]” (BICHO, 2006, p. 35-36).

À vista disso, é a partir desse momento que a Arqueologia, na Europa, encontrará em definitivo o caminho para a sua conformação enquanto operação científica, tal qual ocorria nos Estados Unidos, porém de maneira dessemelhante (JORGE, 2000, p. 12). Lá, ela já gozava de maior maturidade, tendo quem credite a Thomas Jefferson, em 1784, no estado de Virgínia, a elaboração das primeiras escavações com viés arqueológico (BICHO, 2006, p. 35). Não obstante, a prática científica observada nos dois pontos originais diverge no que concerne à interpretação de seu objeto, distinção que se salienta ainda hoje, haja vista que:

En Norteamérica predomina la idea de que la disciplina hermana de la arqueología es la antropología; para mucho allí, la arqueología, o es antropología o no es nada. En Europa, la mayoría de los arqueólogos piensan que la disciplina hermana de la arqueología es la historia (JOHNSON, 2000, p. 185).

Por outro lado, em ambos os polos, sua ascensão obedeceu a diretrizes político-ideológicas comprometedoras. Para Gable, a nova ordem política, social e econômica derivada da Revolução Industrial foi a força motora para a criação da disciplina, bem como continua a mantê-la (apud FUNARI, 2012, p. 100). Envolvida nessa placenta, a Arqueologia científica nasceu como “um subproduto” da expansão imperialista “[...] das potências europeias e dos Estados Unidos, que procuravam enriquecer explorando

outros territórios”, diz Funari (2012, p. 12).

O racismo subjacente a determinadas interpretações era sempre mais implícito que declarado. Fosse como fosse, a Arqueologia colonialista servia à depreciação das sociedades nativas que os colonizadores europeus queriam dominar, ou substituir: oferecia aos colonizadores testemunhos de que, em tempos pré-históricos, faltara aos colonizados iniciativa para desenvolver-se por conta própria (TRIGGER, 2004, p. 141).

A História científica do século XIX, por seu lado, conceitualmente voltada para o estudo do passado a partir dos documentos escritos, tinha limitado seu expediente cronológico ao período convencionalizado como “histórico”, qual seja, o de presença da escrita (FUNARI; NOELLI, 2012, p. 12). Alheios às discussões a respeito da antiguidade da humanidade, os historiadores coevos preferiram permanecer em sua zona de conforto – as fontes oficiais escritas – e, destarte, negligenciaram os vestígios materiais. Mais tarde, entretantes, essa incoerência seria retificada: nas palavras do historiador Marc Bloch, “a diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele. É curioso constatar o quão imperfeitamente as pessoas são alheias a nosso trabalho” (2001, p. 79).

Nesses termos, hoje, é demasiado compreensível que o historiador não deve postergar a imensa quantidade dos testemunhos não-escritos, “aqueles da Arqueologia em particular” (LE GOFF, in: BLOCH, 2001, p. 26). Mas essa não foi a percepção daqueles historiadores, que, ao invés de considerarem o tempo histórico o objeto de sua ciência e os

documentos escritos uma forma de fonte, paradoxalmente acabaram por reduzir o fim a um meio.

Dessa forma, as pedras lascadas e a Pré-História foram acolhidas a contento por outros pesquisadores, os quais, pela autonomia do trabalho que desenvolveram, gradativamente instituíram a Arqueologia, cuja prática inicial foi marcada pelo foco principal aos artefatos antigos, e não a sociedade por trás deles (KACZANOWSKI; KOZLOWSKI, 1998, p. 14). Nesse momento, com efeito, o ofício do arqueólogo concernia em averiguar o solo em busca dos artefatos, com o escopo unicamente de revelar, coletar, restaurar, descrever e classificar estes “fatos” arqueológicos, quer dizer, as peças criadas pelo trabalho humano, as quais, em uma segunda etapa, seriam processadas e interpretadas por historiadores e pré-historiadores (FUNARI, 2012, p. 13).

Considerações finais

Como buscamos evidenciar, os embriões da Arqueologia moderna – a curiosidade por conhecer o primórdio do desenvolvimento humano e cultural, bem como o interesse despertado pelos artefatos antigos – estão presentes desde a Antiguidade Clássica, sendo mais fácil percebê-los, entretanto, no período que vai do Renascimento ao século XVIII, no qual se tornaram, paulatinamente, coisas sérias. Todavia, será somente na atmosfera de descobertas do século XIX que eles encontraram arrimo para emergirem como ciência, sob os auspícios da Pré-História e dos utensílios de pedra lascada e em detrimento do dogma teológico da curta duração à história da humanidade.

Antes desse momento, as evidências da idade remota da terra e da humanidade – os fatos arqueológicos – já davam

margem a questionamentos, porém, para que fossem reconhecidas enquanto tal, uma revolução na maneira de se ver a humanidade e o passado tinha que ser empreendida. Pesava contra isto, contudo, a coercitiva verdade mitológica, sobretudo em sua versão bíblica, barreira mais tarde resumida no postulado do arcebispo de Usher, incontestável por longa data. O ponto culminante para a sua derrocada foi a publicação da teoria evolucionista de Darwin, que dará firmeza e coerência às hipóteses amalhadas desde o renascimento, produzindo, portanto, uma síntese.

Desse modo, a revolução epistemológica estava feita: o passado da humanidade e da terra dilatou-se a um nível nunca cogitado por virtude da acomodação do teorema evolucionista no tempo. É nesse momento, então, que a Pré-História será descoberta como um campo sólido de ciência, tal como se reconhecerá a autenticidade dos utensílios de pedra lascada. Esses elementos serão, afinal, os cabedais essenciais para a instituição científica da arqueologia europeia na segunda metade do século XIX, cuja ocupação preliminar centrou-se nos artefatos humanos, sem, por enquanto, deter-se, a rigor, nas culturas e sociedades pertinentes.

Referências

- BICHO, Nuno Ferreira. **Manual de Arqueologia Pré-Histórica**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CADIOU, François; COULOMB, Clarisse; LEMONDE, Anne; SANTAMARIA, Yves. **Como se faz história: historiografia, método e pesquisa**. Tradução Giselle Unti. Petrópolis: Vozes, 2007.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Hemus, 1979.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: a essência das religiões**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____; NOELLI, Francisco Silva. **Pré-história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no contexto sul-americano. In: FUNARI, Pedro Paulo de Abreu (Org.). **Cultura material e arqueologia histórica**. Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UNICAMP, 1998.

HAL, Hellman. **Grandes Debates da Ciência: dez das maiores contendas de todos os tempos**. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

JOHNSON, Matthew. **Teoría arqueológica: Una introducción**. Barcelona: Ariel, 2000.

JORGE, Vitor Oliveira. **Arqueologia. Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

KACZANOWSKI, Piotr; KOZŁOWSKI, Janusz Krzysztof. **Najdawniejsze Dzieje Ziemi Polskich**. Kraków: Fogra Oficyna Wydawnicza, 1998.

LEROI-GOURHAN, André. **O Gesto e a Palavra – Técnica e linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1964.

LÉVI-STRAUSS, Claude (Org.). **Mito e linguagem social: ensaios de Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 1: Memória – História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 51-86.

POSSAS, Helga C. G. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. IN: FIGUEIREDO, B.G.; VIDAL, D. G. (Org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. Belo Horizonte: Argumentvm; Brasília: CNPq, 2005, p. 151-164.

RANKE, Leopold von. “Heródoto e Tucídides”. Tradução de Francisco Murari Pires. In: **Revista da História da Historiografia** (documentos), Ouro Preto, n.º 6, 2011, p. 252-259.

ROSA, Carlos Augusto de Proença. **História da ciência: da antiguidade ao renascimento científico**. Brasília: FUNAG, 2012, p. 53.

TRIGGER, Bruce G. **História do Pensamento Arqueológico**. São Paulo: Odisseus Editora, 2004.

Recebido em 2016-06-03
Publicado em 2017-01-01